

ESTÓNIA

REPÚBLICA DA ESTÓNIA

Chefe de Estado:	Toomas Hendrik Ilves
Chefe de Governo:	Andrus Ansip
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,3 milhões
Esperança média de vida:	72,9 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	11/8 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	99,8 por cento

As minorias linguísticas continuaram a ser discriminadas, incluindo no acesso ao emprego. Uma organização de defesa dos direitos humanos continuou a ser perseguida pelo governo. O Parlamento adoptou provisões susceptíveis de limitar a liberdade de expressão e de reunião.

Discriminação – minorias linguísticas

Os membros da minoria russófona enfrentaram discriminação. As pessoas que não falam estónio, principalmente a minoria russófona, não conseguiam arranjar emprego devido aos requerimentos de fluência na língua oficial exigidos por várias profissões no sector privado e quase todas as profissões no sector público. A maior parte não teve acesso a formação linguística a custo acessível que lhe permitisse reunir as condições para se candidatar a um emprego.

Em Janeiro, a Lei para a Igualdade de Tratamento entrou em vigor, proibindo a discriminação por razões de origem étnica, raça e cor em áreas como o emprego, educação, assistência social e cuidados de saúde. Contudo, a lei teve pouco efeito no acesso ao emprego no sector público, porque emendas introduzidas na Lei da Função Pública determinaram que o tratamento desigual de funcionários estatais ou municipais por motivos relacionados com as exigências de fluência na língua oficial não podia ser considerado discriminação.

Defensores dos direitos humanos

Num relatório publicado em Abril, o Gabinete da Polícia de Segurança prosseguiu com as tentativas para desacreditar o Centro de Informação Jurídica para os Direitos Humanos (LICHR), uma ONG que promove e defende os direitos das minorias linguísticas. O relatório afirmava que Aleksei Semjonov, director do LICHR, seria candidato pró-russo às eleições europeias de 2009, que ele era membro do Partido Constitucional, pró-minorias, e que as suas actividades eram financiadas e dirigidas pelas autoridades russas.

Porém, Aleksei Semjonov tinha afirmado publicamente a 20 de Março que não seria candidato às eleições para o Parlamento Europeu. Informações disponíveis na Internet provam que ele não é membro do Partido Constitucional e que não se registou como candidato independente ou partidário às eleições europeias.

Liberdade de expressão e de reunião

A 15 de Outubro, o Parlamento aprovou o chamado pacote da "Noite de Bronze" (Proposta de Lei N.º 416UE), um conjunto de emendas ao Código Penal, à Lei da Função Pública e à Lei de Estrangeiros. As emendas alargam a definição de "crime cometido durante desordem em

massa", que pode agora passar a incluir actos de desobediência não violentos durante manifestações pacíficas. As mesmas emendas permitem que cidadãos não nacionais, incluindo residentes de longo prazo e pessoas nascidas na Estónia, possam ter as suas autorizações de residência revogadas por estes crimes ou por outros "crimes intencionais contra o Estado". Estes podiam incluir actos não violentos, como a destruição simbólica de bandeiras nacionais, bandeiras de países estrangeiros ou de organizações internacionais.